

Arquivo Nacional

Getúlio Vargas recebe as boas-vindas em visita ao Paraguai, em 1941. Durante seu primeiro governo, entre 1930 e 1945, estrangeiros foram duramente perseguidos no Brasil

De volta para o passado?

Decreto de regulamentação da nova Lei de Migração ameaça conquistas e remete a histórico de violências, arbitrariedades e expulsões de estrangeiros. No momento em que direitos de migrantes voltam a ser debatidos, levantamento resgata histórias de perseguições ocorridas entre 1930 e 1945 durante a Era Vargas

POR JULIANA SADA E RODRIGO VALENTE*

No último dia 21 de novembro de 2017, com o decreto de regulamentação da nova Lei de Migração (Lei n. 13.445), o Brasil voltou no tempo em relação ao tratamento de estrangeiros. Com uma canetada, o presidente Michel Temer (PMDB) anulou algumas das principais garantias da nova legislação e colocou em risco avanços construídos com ampla participação popular. No texto em que determina como deve ser aplicada a lei sancionada em maio de 2017, Temer deixa margem para arbitrariedades, impõe barreiras para obtenção de vistos de trabalho, dificulta a vida de famílias em busca de asilo político e posterga a aplicação de alguns dos direitos previstos, como a obtenção de visto humanitário. O decreto abre espaço até mesmo para a possibilidade de prisão de migrantes, determinação que, por contrariar a lei aprovada pelo Congresso Nacional, foi considerada ilegal por organizações de direitos de migrantes, advogados especializados em migração e acadêmicos.

A posição de Temer remete a outros períodos nos quais a migração foi vista como questão de segurança nacional e nos quais foram tomadas decisões de maneira ultracentralizada e com pouca transparência. Com o objetivo de contribuir para o debate, no momento em que a sociedade civil questiona o decreto imposto pelo presidente, a Fundação Rosa Luxemburgo resgata casos de um dos períodos mais duros para estrangeiros, a Era Vargas, entre 1930 e 1945. As histórias do século passado são exemplos concretos de como políticas arbitrárias que deixam margem para decisões pessoais podem resultar em perseguições, extradições e até morte. Trata-se de um esforço de retomar essas trajetórias e também refletir sobre o Brasil atual, um país em que muitas vezes o passado se faz tão presente.

HISTÓRIAS PARA NÃO ESQUECER

Francisco Marquez Martinez era um imigrante espanhol que trabalhava como artesão fazendo sapatos. Acusado de propaganda "subversiva", foi expulso do Brasil sem poder despedir-se da esposa e dos filhos. Vindo de uma família humilde de camponeses italianos, Oreste Ristori, jornalista e ativista, tinha 62 anos quando foi enviado de volta a seu país de origem. Separado de sua companheira, nunca mais a reencontrou. Ernest Yoske era um judeu alemão que trabalhava como bancário quando, por sua militância sindical, foi embarcado à Alemanha nazista. Vindo criança da Romênia, Wolf Reutberg era funcionário da Light & Power. Preso por seu envolvimento político, também acabou expulso rumo ao seu país de origem, naquele momento sob uma ditadura de contornos fascistas. Olga Benário, companheira do líder comunista Luís Carlos Prestes, foi presa acusada de participar do fracassado levante comunista de 1935. Alemã e judia, foi extraditada ao seu país, à época sob o regime de Hitler.

A trajetória de Olga, por uma série de motivos, é bastante conhecida. No entanto, outras histórias igualmente dramáticas, como as dos estrangeiros mencionados, ainda são praticamente desconhecidas. Em comum, estes imigrantes que viviam no Brasil durante a Era Vargas, entre 1930 e 1945, foram considerados "indesejados" pelo Estado e acabaram expulsos do país. Pior, em todos esses casos, a expulsão significou, cedo ou tarde, mortes trágicas. Ao serem embarcados àquela Europa conflagrada pelo nazifascismo, tornaram-se vítimas – não as únicas – do tratamento desumano dispensado pelo Brasil a muitos de seus imigrantes estrangeiros naquele período.

A maneira como o Brasil lidou com seus imigrantes durante a Era Vargas, pode-se considerar que não era uma novidade em relação às décadas anteriores. É necessário, porém, demarcar algumas importantes diferenças. Primeiramente, o contexto internacional influía de maneira determinante na forma com que o país passou a enxergar

Reprodução/DEOPS/Arquivo do Estado

ANIBAL CORDAS, paraguaio, com 40 anos de idade, processado pela Ordem Social, foi sua portaria expedida, digo, foi, por terra, até a cidade de Baía Negra, no Estado de Mato Grosso, entregue as autoridades paraguaias, da Praça forte daquela cidade, em ----- 28-9-1936.

JOSÉ SIMUKUSUSKAS, lituano, com 26 anos de idade, processado pela Ordem Social, foi sua portaria expedida em 6-4-1936 tendo embarcado a bordo do vapor "Kerguelen", com destino á Kowno, no dia 13-10-1936.

ETIENE SACCHETTI, italiano, com 24 anos de idade, processado pela Ordem Social, foi sua portaria expedida em 13-10-1936 tendo embarcado a bordo do vapor "Esquilino", no dia 25-11-1936, com destino á Genova.

CONVICO MATTEAZZI, italiano, com 26 anos de idade, processado pela Ordem Social, foi sua portaria expedida em 13-10-1936, tendo embarcado a bordo do vapor "Augustus", no dia 10-12-1936, com destino á Genova.

ANTONIO COSTA, português, com 34 anos de idade, processado pela Regional de Santos, foi no dia 31-10-1936, expedida sua portaria, tendo embarcado no dia 27-12-1936, com destino á Lisboa, a bordo do vapor "Aurigeni".

BERNARDINO MARTINS, espanhol, com 47 anos de idade, processado pela Regional de Santos, foi sua portaria expedida em 31-8-1936, tendo embarcado a bordo do vapor "Kerguelen", com destino á Vigo, em 29-12-1936.

ANTONIO ARCHWICJUS, lituano, com 25 anos de idade, processado pela Ordem Social, foi sua portaria expedida em 26-8-1936, tendo embarcado a bordo do vapor "Kerguelen", no dia 29-12-1936, com destino á Kowno.

GUSTAVO SULEA, espanhol, expulso por portaria expedida em 8-3-1937, embarcou a bordo do vapor "Alsina", com destino á Marselha no dia 5-6-1937.

Reprodução da folha 4 da "Relação de extremistas expulsos do território nacional por portarias expedidas pelo Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, e que foram embarcados por esta Delegacia, no período de novembro de 1935 a outubro de 1937"

“Getúlio Vargas irradiava um discurso de *progresso e modernidade* impregnado de características *nacionalistas*”

seus estrangeiros, diga-se com ainda mais desconfiança, por conta do nacionalismo exacerbado. Em segundo lugar, a expulsão dessas pessoas, uma das medidas mais extremas a que foram submetidas, tornava-se muito mais perigosa. Naquele momento, a Europa vivenciava uma rápida expansão do nazifascismo e, a partir de 1939, o velho continente se veria imerso em uma guerra sem precedentes.

Naturalmente, o Brasil não escapará das influências deste mundo em convulsão. A onda de forte nacionalismo que varreu o planeta, por exemplo, vai aportar por aqui, gerando intolerância e fazendo a busca por “inimigos” da nação ganhar o nível de paranoia. Tal fenômeno encontrou terreno fértil no Brasil dos anos 1930 e 1940, um país ainda profundamente marcado pela presença de estrangeiros. Desta forma, o regime encabeçado por Vargas vai se ancorar em um projeto étnico-político que

procurará incidir fortemente na composição populacional da nação, buscando uma seleção “eficaz” de estrangeiros.

“Getúlio Vargas irradiava um discurso de progresso e modernidade impregnado de características nacionalistas”, considera Ismara Izepe de Souza, especialista em política externa brasileira e professora da Unifesp. Ela pondera, ainda, que tal discurso chocou-se frontalmente com a numerosa comunidade de estrangeiros do Brasil: “na Era Vargas, a valorização do nacionalismo fez com que o imigrante fosse visto como aquele que interferia no desenvolvimento de uma nação única e coesa”. Neste sentido, o Estado brasileiro atuará com energia contra grupos que, segundo o seu projeto, não se integravam ou não assimilavam o elemento nacional, os considerando, segundo Ismara, “‘quistos’ raciais e culturais” e, assim, “ameaçando o projeto de construção da identidade nacional”.

O Estado brasileiro buscará, além de controlar o fluxo migratório, expelir pessoas indesejáveis a partir de critérios morais, sociais e políticos. “A imigração foi regulamentada para restringir a entrada de estrangeiros e o instituto da expulsão aplicado para repelir aqueles que não estivessem de acordo com o modelo de cidadão idealizado para compor a população brasileira”, afirma a pesquisadora Mariana Cardoso Ribeiro, em seu artigo *Imigração e expulsão*. Tais políticas acabaram sendo fundamentais na legitimação daquele projeto nacional, reprimindo, inclusive com expulsão, quem não se adequasse. “Neste contexto, a expulsão tornou-se um instrumento político do Estado autoritário, garantindo a ‘purificação’ da sociedade contaminada por estrangeiros promotores da ‘desordem’”, continua a pesquisadora.

Arquivo Nacional



Getúlio Vargas nos anos 1930

671 ESTRANGEIROS EXPULSOS

Ao longo da Era Vargas, segundo o livro de Mariana Cardoso, *Venha o decreto de expulsão*, 671 estrangeiros foram expulsos oficialmente do Brasil. As nacionalidades eram diversas, mais de 30, mas a presença europeia é marcante. Além de numerosos entre as maiores colônias, como portugueses (124), espanhóis (101), italianos (56), os expulsos também serão muitos entre nacionalidades do leste europeu, como poloneses (67), lituanos (56) e russos (43), boa parte deles judeus. Os motivos para a expulsão foram os mais diversos e, muitas vezes, de difícil classificação. “Os decretos expulsórios informavam que o estrangeiro havia sido expulso por ‘nocividade’ ou ‘indesejabilidade’, expressões que por sua generalidade poderiam ter qualquer sentido”, afirmou Mariana Cardoso em entrevista aos autores.

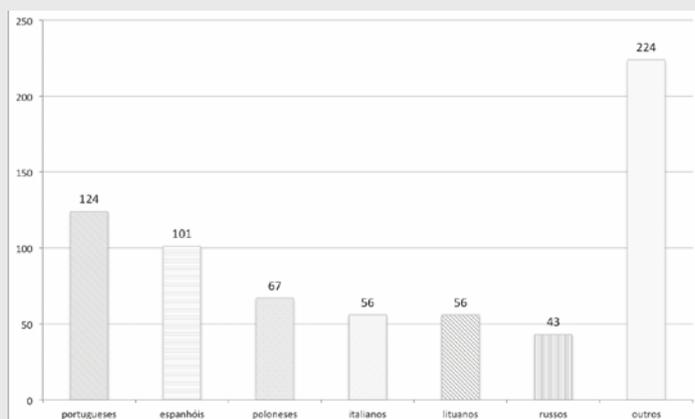
Particular importância terá a política de expulsões na repressão aos imigrantes. Não serão poucos os “indesejados” acusados de envolvimento com comunismo, anarquismo e antifascismo. Desde o início do século XX, grupos de italianos, portugueses e espanhóis participavam intensamente do movimento operário, o que poderia significar, inclusive, a expulsão do país. Até se posicionar publicamente sobre um tema, como a Guerra Civil Espanhola, poderia ser suficiente motivo. Ainda que no imaginário popular seja recorrente a associação entre estrangeiros e a intensa agitação política daquelas décadas, Ismara considera que “era um exagero atribuir somente aos estrangeiros a ‘culpa’ pela divulgação das ideias anarquistas e comunistas”. Considerar o imigrante como o principal responsável por tais movimentos fez parte inclusive do discurso das autoridades da época, interessadas em estigmatizá-los ainda mais.

A política de expulsões de estrangeiros, entretanto, tinha uma função mais ampla do que

enviar de volta a seus países certos imigrantes indesejados. Era, em realidade, a parte mais drástica de um mecanismo de controle e repressão da numerosa comunidade de imigrantes do Brasil, à época um país de 40 milhões de habitantes. Ao considerar que o governo expulsou oficialmente 671 estrangeiros naquele período, é preciso levar em conta que as cidades eram muito menores e que nelas o estrangeiro representava uma parcela significativa da população. Portanto, a expulsão de centenas de pessoas, a grande maioria (90%) concentradas entre Rio de Janeiro e São Paulo, gerava uma tremenda intimidação no interior dessas colônias de imigrantes. Existem casos, por exemplo, de estrangeiros que deixaram o país antes da expulsão, como aconteceu com italianos que temiam ser entregues às autoridades fascistas.

O número de estrangeiros expulsos ainda é provavelmente maior do que se investigou até o momento. Mariana Cardoso trabalha com esta hipótese e menciona, como indício, episódios de estrangeiros simplesmente deixados nas zonas de fronteiras terrestres do Brasil, sobre os quais pouco se conhece. “Há caso de estrangeiro que regressou e adotou nome falso para poder permanecer no país, e outro que sobreviveu às condições inóspitas”, relata a pesquisadora. Ela considera que essa foi uma solução utilizada ilegalmente pelo governo contra estrangeiros que não poderiam ser expulsos por não possuírem documentação. Mariana ainda revela que existem dossiês a respeito de expulsões no arquivo do Itamaraty que não estariam incorporados aos registros sobre o assunto do Ministério da Justiça: “o desconhecimento a respeito destas expulsões do Brasil ocorre porque no âmbito do Itamaraty o tema era considerado ultrassecreto”.

**ESTRANGEIROS
EXPULSOS DO BRASIL
ENTRE 1930 E 1945**
Segundo levantamento
feito a partir de registros
do Ministério da Justiça



ARBITRARIEDADE INSTITUCIONALIZADA

A política do Estado brasileiro de controle sobre os imigrantes já existia desde o século XIX. Mesmo assim, a Constituição Republicana de 1891 assegurava uma série de direitos e garantias aos estrangeiros residentes no Brasil. A partir do começo do século XX, tal condição passa a sofrer maior contestação, fazendo com que sejam criadas legislações que restringiam a entrada de estrangeiros no país e, principalmente, que facilitavam a possibilidade da expulsão dos mesmos.

É o crescimento da influência de estrangeiros no movimento operário a principal razão para que o governo endurecesse as leis e políticas de controle deste grupo. Um marco neste sentido é a Lei Adolfo Gordo, de 1907. Segundo o professor da UNIRIO, Carlo Romani, até então, “há casos de estrangeiros mandados de volta do território nacional, mas ainda não significativos, não caracterizados como uma ameaça à segurança pública”. Seria a partir do crescimento do movimento operário que, como resposta, o governo aprovaria a lei como forma de apertar o cerco a estes estrangeiros. “A organização da classe operária adquire um componente efetivamente político e o Estado Nacional vê riscos à soberania”, afirma Romani.

A lei Adolfo Gordo, embora representasse uma ameaça ao estrangeiro, determinava que não poderia ser expulso quem residisse continuamente no Brasil há dois anos e fosse casado com brasileiros ou tivesse filhos nascidos no país. “Com isso, muitos não puderam ser expulsos. Foi um decreto que tentava impedir a chegada de novos ativistas”, avalia Romani. Mesmo assim, segundo o livro *O movimento operário na primeira república*, de Cláudio Batalha, somente

em 1907 foram expulsos 132 estrangeiros. Número impressionante mesmo se comparado aos 556 expulsos entre 1907 e 1921, dado da mesma obra, época que abarca o auge das greves operárias no Brasil. Fato é que a repressão desencadeada pela lei teve efeito prático e, a partir de 1908, há uma redução do número de greves.

A partir de 1913, com a rearticulação do movimento operário, há um endurecimento da legislação, não importando mais o tempo de residência do estrangeiro. Somente não seria expulso quem fosse casado com brasileiro ou tivesse filhos nascidos no país. O auge das greves operárias, entre 1917 e 1919, será pretexto para um recrudescimento ainda maior da legislação. “É o período em que há uma grande expulsão de italianos, inclusive de residentes no Brasil há 30 anos”, relata Carlo Romani. O fim da política de expulsão, inclusive, estará entre as reivindicações do movimento operário no período.

Em 1926, quando há finalmente uma mudança constitucional, são dados em definitivo poderes plenos ao governo para que expulsasse quem considerasse inconveniente. A partir daí, e o governo Vargas vai usufruir e incrementar essa legislação, as expulsões se tornarão ainda mais arbitrárias, com os recursos judiciais perdendo espaço para decisões cada vez mais monocráticas do Poder Executivo. Ao contrário do que se pode imaginar, o processo de expulsão não passava pelo Poder Judiciário e envolvia diretamente o presidente. O processo de expulsão tinha início com um inquérito policial, no qual o delegado determinava a “nocividade” do indivíduo. Caso considerasse que era recomendada a expulsão, o inquérito

*O auge das greves operárias, entre 1917 e 1919, será pretexto para um **recrudescimento** ainda maior da legislação. “É o período em que há uma **grande expulsão de italianos**, inclusive de **residentes no Brasil há 30 anos**”, relata Carlo Romani*

era encaminhado ao Ministério da Justiça, que elaborava um parecer para apreciação do presidente da República. A partir deste arcabouço jurídico, se concretizava uma situação de intolerância institucionalizada.

O recrudescimento da legislação estará sintonizado com as necessidades do governo de controlar e reprimir de maneira

ainda mais autoritária e violenta a sua numerosa colônia de imigrantes. Restrições cada vez mais severas em relação à entrada no país e a constante ameaça de expulsão tornaram-se mecanismos de controle bastante eficientes da numerosa comunidade de estrangeiros.

A PERSEGUIÇÃO AOS ESPANHÓIS E A GUERRA CIVIL ESPANHOLA

Os espanhóis serão particularmente perseguidos durante o regime Vargas. Entre os estrangeiros expulsos oficialmente do Brasil entre 1930 e 1945, ficarão atrás apenas dos portugueses, com o agravante de que, dos 101 embarcados de volta à Espanha, grande parte o será por questões políticas. A expulsão do Brasil, para ao menos uma dezena desses espanhóis, representará, cedo ou tarde, uma sentença de morte, ao serem atirados no olho do furacão daquela guerra

civil que convulsionou o país entre 1936 e 1939. Foi o caso, por exemplo, de Francisco Marquez Martinez, expulso em agosto de 1936 e fuzilado pelos nacionalistas ao desembarcar em Vigo, cidade galega controlada pelos rebeldes.

A radicalização que incendiará a Espanha, desencadeando a sangrenta guerra civil, atravessará o oceano e impactará diretamente a vida de milhares de imigrantes do outro lado do Atlântico, com a colônia reproduzindo em escala local a contenda em seu país de origem. O início do conflito, após um golpe de Estado de setores das forças armadas contra o governo republicano de esquerda, em julho de 1936, marcará uma profunda divisão entre os espanhóis no Brasil. A maioria deles, porém, pelo menos em um primeiro momento, permanecerá ao lado dos legalistas. "As classes mais abastadas ficaram mais a favor de Franco, enquanto os trabalhadores, da República", relata Eliane Venturini, historiadora e autora da pesquisa *Republicanos e rebeldes más allá de las fronteras: Brasil y la Guerra Civil Española*.

Embora reconhecendo o governo republicano até o fim da guerra civil, em abril de 1939, o Brasil deixaria clara sua preferência pelos rebeldes durante o conflito. Além da perseguição aos espanhóis de esquerda e da total liberdade de agentes nacionalistas em território brasileiro, Getúlio Vargas e outras autoridades manterão uma relação subterrânea de colaboração com o ditador Francisco Franco. Ainda há muito por investigar, mas já está provado, por exemplo, que o Brasil doo

EXPULSANDO UMA LEVA DE COMUNISTAS

Vinte e seis hespanhoes vão ser embarcados no porto de Santos

São Paulo, 31 (Do correspondente) — Vão ser embarcados no próximo dia 6, no porto de Santos, a bordo do vapor "Alsiina", com destino à Europa, vinte e seis extremistas de nacionalidade hespanhola, presos pela policia paulista. O facto tem dado motivo a diferentes comentarios, em vista da attitudo assumida pelo consul da Hespanha na cidade de Santos, com relação ao destino que irá ter aquella leva de comunistas. Em julho do anno passado, quando as autoridades consulares hespanholas em Santos eram adeptas do general Franco, não tiveram duvidas em virar os passaportes dos extremistas José González Leitras e Vasco Hernandez, que foram expulsos do Brasil. Agora, o consul é outro, enviado do governo de Valencia. E, como chegaram ao seu conhecimento, por intermedio de correspondencia recebida da Hespanha por parentes daquelles seus compatriotas, residentes ainda em São Paulo, terem sido ambos fuzilados pelos nacionalistas no porto de Vigo, entendeu o consul de procurar evitar que os 26 extremistas tivessem identico destino.

Como se sabe, pelas nossas leis, os expulsados são obrigados a desembarcar no primeiro porto do seu país natal compreendido na escala do navio. Ora, a leva de indivíduos perigosos á ordem publica que vai ser embarcada no "Alsiina", tenha qual for o seu destino em territorio hespanhol, elle em nada interessa ao Brasil, que quer viver em paz, livre dos agitadores estrangeiros. O consul hespanhol, temendo o desembarque em Vigo, preferiu pagar o excesso das passagens desso porto ao de Marselha.

Os indivíduos expulsos são os seguintes: Higinio Alonso, ex-presidente de um syndicato de garçons; Guzmán Soler Pedro Higuera, Tharadino Martinez Perez, Francisco Canuto, a joven Juila Garcia, todos com residencia em Santos; José Moreno Sanchez, de Glyce-

rio; Diego Giménez Alfonso, de São Paulo; José Martinez Giménez, de Mundo Novo; Diego Herrera Carrasco, de Mundo Novo; Antonio Marquez Rodriguez, de São Paulo; Antonio Almeida, de São Caetano; Luis Pérez Hernandez, de São Paulo; Rodrigo Valdes, de Mundo Novo; Antonio Miguel Herrera Esteban, de Glycerio; Eugenio Alonso, de Glycerio; José María Clemente Imbernon, de Glycerio; Juan Lopez Suárez, de São Paulo; José Iglesias, de Nova Granada; Francisco Calmaestra, de Collina; Manoel Mías Herrelra, de São Paulo; Manuel Gonzalez, de Glycerio; Antonio

García Rodriguez, de São Paulo; Andrés Pérez, de Mundo Novo; Diego Pérez, de Glycerio.

Varios parentes desses extremistas, sabedores da data da partida do navio, estão affluindo á Santos, a ver se conseguem se avistar com os mesmos por occasião do embarque. Sabe-se que a policia carioca, quando o "Alsiina" chegar ao Rio, irá identificar os a bordo, por entender inconveniente a sua condução até a Chefatura de Policia. O navio ficará por isso impedido de receber visitas enquanto permanecer no porto.

CAIXA ECONOMICA DO RIO DE JANEIRO
SERVICO DE APOLICES
PERNAMBUCANAS

Na fórma do nosso communicado anterior, procedendo-se, hoje, ás 11 horas, no recinto do prédio da Caixa de Apolices PERNAMBUCANAS.

Cumpre-nos, agora, publicar, para conhecimento de todos os interessados, os numeros que compõem a relação das apolices premiadas.

1 PREMIO DE 600.000\$000	— 241.023
1 PREMIO DE 50.000\$000	— 221.012
2 PREMIOS DE 10.000\$000	— 249.043 — 264.512
4 PREMIOS DE 5.000\$000	— 121.508 — 190.623 — 320.238 — 325.822
5 PREMIOS DE 2.000\$000	
140.614 — 142.435 — 192.812 — 237.427 — 263.001	
50 PREMIOS DE 1.000\$000	
102.392 — 103.134 — 107.727 — 109.918 — 112.785 — 123.643	
123.924 — 124.995 — 132.821 — 138.149 — 150.120 — 150.908	
182.349 — 194.248 — 198.130 — 201.009 — 204.043 — 204.513	
217.912 — 221.823 — 222.211 — 214.039 — 254.999 — 272.243	
283.313 — 285.843 — 299.342 — 302.719 — 303.403 — 303.013	
304.212 — 305.233 — 312.008 — 312.828 — 317.649 — 323.690	
327.923 — 334.141 — 339.391 — 343.017 — 350.991 — 371.690	
359.732 — 381.912 — 391.748 — 392.810 — 392.890 — 393.541	
	393.823 — 393.941

Rio, 31 de Maio de 1937 — a) A. VEIGA FARIA
Director da Carteira de Títulos

O ORÇAMENTO ARGENTINO

Buenos Aires, 31 (Havas) — O ministro da fazenda continuou hoje a trabalhar na elaboração do orçamento geral, no intuito de iniciar o hoje mesmo ao Congresso a fim de que a comissão respectiva o tome em consideração na sua proxima reunião de quarta-feira.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

PAGAMENTOS:

NA PREFEITURA — Serão, para, em 10 de maio, pagas as seguintes folhas:

Na 1ª Seção — 1ª dia de tabuleiro

Livro n. 1 — Golchet n. 6.

Livro n. 2 — Golchet n. 3. 1

Livro n. 3 — Golchet n. 4.

Gabinete de Investigações

Relação dos extremistas processados pela Delegacia de Ordem Social e embarcados por esta Delegacia, em virtude de Portaria de Expulsão.-

<u>Nome</u>	<u>Nacionalidade</u>	<u>Data</u>	<u>Destino</u>
José Maria Caballero Martinez	Nacionalidade-Esp.	30-1-36	Vigo
Aida Glicker Narosky	Rumalca	14-6-36	Varsovia
Ghaim Rubim Narosky	polonesa	14-4-36	Varsovia
Ricardo Pontan	espanhola	8-5-36	Vigo
Leoncio Martins	"	8-5-36	Vigo
Francisco Augusto Neves	portuguesa	8-5-36	Lisboa
Abilio José das Neves	"	8-5-36	Lisboa
Antonio Claudio	"	8-5-36	Lisboa
Afonso Aranda	espanhola	15-5-36	Vigo
Aureliano Henrique	portuguesa	3-6-36	Lisboa
Jorge Cetl	tchecoslovaco	3-6-36	Praga
João Ribas Murille	espanhola	13-6-36	Vigo
Oresti Ristori	italiano	5-6-36	Genova
Alberto Grimja	lituano	13-6-36	Kowno
Francisco Gago Moreno	espanhola	15-5-36	Vigo

secretamente grandes quantidades de café aos rebeldes. Além disso, tolerou o surgimento de espaços consulares nacionalistas, aceitando de fato uma bicefalia diplomática. Em resposta a essa postura ambígua de Vargas, o governo espanhol pouco poderia fazer. Desesperado por reconhecimento internacional, será obrigado a aceitar este jogo duplo, já que temia uma ruptura diplomática e um consequente reconhecimento dos rebeldes.

A colônia espanhola no Brasil, mesmo antes de 1936, já era alvo de perseguições por conta da participação de muitos de seus membros no movimento operário. Com o início do conflito, no entanto, há uma escalada repressiva notável contra esses imigrantes, já que a Espanha republicana passou a ser encarada como um exemplo perigoso pelo governo brasileiro. A explosão do conflito espanhol também coincidirá com a brutal repressão que varrerá o Brasil após o fracassado levante comunista de novembro de 1935. A combinação de uma colônia fortemente mobilizada com um governo ávido por esmagar o que julgasse "perigoso" fará com que, no auge das expulsões, entre 1936 e 1937, os espanhóis sejam os mais atingidos. Neste biênio, representaram quase 50% dos estrangeiros expulsos por questões políticas. Possivelmente todos identificados com ideias de esquerda. Saber o destino de vários desses imigrantes enviados à Espanha em plena guerra civil ainda hoje é tarefa complicada.

Arbitrariedades de todo tipo abateram a colônia espanhola neste período. Os processos de expulsão, inclusive, em diversas ocasiões mal seguiram a já draconiana

legislação brasileira. O caso de José Maria Caballero Martinez, por exemplo, chama a atenção pela rapidez. Vivendo no Brasil desde 1913, ele foi acusado de "propaganda comunista". As investigações duraram apenas seis dias e foram dirigidas pela polícia de Santos, que, segundo a pesquisa de Mariana Cardoso, considerou que "os autos continham prova suficiente da nocividade de Caballero Martinez: maus antecedentes, confissão e depoimentos". Acabou expulso, aos 39 anos, em fevereiro de 1936. Já o caso do jovem servente de pedreiro Cassiano Fernandes surpreende pela idade. Com apenas 15 anos foi considerado "indesejável" por suas atividades na Juventude Comunista e no Sindicato da Construção Civil de Santos, tendo sua expulsão decretada em outubro de 1936.

A polarização política na colônia espanhola ainda descambou para um clima de denuncismo e caça às bruxas entre os imigrantes, despertando ressentimentos e desconfianças entre os espanhóis no Brasil. Tal situação muitas vezes nem mesmo estava relacionada a assuntos políticos. Com a posição do governo brasileiro de considerar os espanhóis potencialmente perigosos, qualquer denúncia acabava chamando a atenção das autoridades. A crescente perseguição política tornou cada vez mais difícil manter organizado um movimento em favor da República no Brasil. Além disso, as notícias que chegavam da Espanha eram quase sempre de avanço dos nacionalistas. A partir de 1939, quando em abril acaba o conflito espanhol e em setembro começa a Segunda Guerra Mundial, há uma redução drástica no número de estrangeiros obrigados a deixar o Brasil, inclusive espanhóis.

EXPULSÃO REPRESENTOU SENTENÇA DE MORTE

O ano era 1936. Poucas semanas após ter a sua expulsão autorizada do Brasil, em 11 de maio, o destino do imigrante espanhol Francisco Marquez Martinez foi selado do outro lado do Atlântico, em 18 de julho, com o início da guerra civil. Embarcado em 5 de agosto no vapor Groix, ao chegar no porto de Vigo, na Galícia, foi imediatamente fuzilado pelos rebeldes nacionalistas, que controlavam a região desde o início do conflito. Como o país foi cindido em duas zonas, uma legalista e republicana e outra rebelde e nacionalista, foram milhares os condenados sumariamente à morte naquelas primeiras semanas de combates. Ao ser preso em fevereiro, era difícil prever que o espanhol teria destino tão trágico.

Francisco vivia em São Caetano, à época parte de Santo André, onde trabalhava como artesão produzindo sapatos. Era casado com Antônia Caparroz Marquez e pai de quatro filhos. Acusado por supostamente distribuir boletins "subversivos", já tinha sido preso em 1931. O sociólogo José de Souza Martins, em seu livro *Subúrbio*, de 1986, oferece muitas informações sobre a prisão do espanhol em fevereiro de 1936. O autor entrevistou, inclusive, seus filhos. Segundo Martins, o fracassado levante de 1935 foi seguido de tamanha repressão que apenas em São Caetano 80 pessoas foram presas. Assim o sociólogo retrata a prisão de Francisco: "foi sequestrado em sua casa e levado pela polícia no meio da noite de um

sábado de Carnaval. Nunca mais foi visto pela família [...] Sua esposa e seus filhos ficaram em São Caetano, trabalhando duro para sobreviver. O crime de Marquez foi o de ter em casa alguns livros políticos, folhetos incitando as operárias da indústria Aliberti à greve e brocha e tinta usados em pichações de muros". Outro espanhol preso na mesma ocasião, o tipógrafo Manuel Medeiros, ao ser violentamente torturado, assim como o foi Francisco, acabou não resistindo a uma pneumonia no cárcere.

Arquivo familiar



Francisco Marquez Martinez

"Muitos perderam suas vidas no mundo, ao longo da história, na luta pelos direitos dos trabalhadores e humanos em geral, para que nós pudéssemos viver livres e com dignidade. Foi essa a luta de meu avô Francisco. (...) Seu sacrifício, assim como o dos demais, resultou em legislações trabalhistas mais humanas e em comissões de direitos humanos internacionais"

Há registros e relatos de que pelo menos mais um espanhol, além de Francisco, também fora fuzilado ao desembarcar em Vigo. As informações são desconstruídas e contraditórias, mas a pesquisadora do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca, Esther Gambi Giménez, afirma que, junto a Francisco, estava Ignacio Martínez Balaguer. Sapateiro de Nova Granada, cidade do interior de São Paulo, ele foi detido em março sob acusação de comunismo. "O imputado reconheceu fazer parte da Aliança Nacional Libertadora (ANL), ser simpaticante de ideais de esquerda e haver organizado várias manifestações operárias na cidade. Por tudo isto o Tribunal de Segurança Nacional decretou sua expulsão no vapor Groix com destino a Vigo em agosto de 1936", relata Esther.

O destino trágico dos espanhóis rapidamente seria conhecido no Brasil. "A notícia dos expulsos fuzilados se conheceu primeiro por via interna, ou seja, correspondência consular, e logo

apareceu na imprensa espanhola no Brasil. Desta forma, chegou a toda colônia”, relata Esther. A cobertura do jornal Gaceta Hispana, de ideal republicano, gerou tanta repercussão que foi proibido de voltar a noticiar o caso. O fuzilamento de Francisco representou um estrondoso alerta à enorme colônia no país, deixando claro que uma expulsão a partir de agosto de 1936 poderia representar uma sentença de morte. “O caso dos expulsos no vapor Groix foi emblemático, não só pelo destino terrível de seus protagonistas, mas porque os imigrantes espanhóis compreenderam que não estavam a salvo dos perigos da guerra, que esta era capaz de alcançá-los inclusive do outro lado do Atlântico”, avalia Esther.

Francisco morreria praticamente anônimo na Espanha, entre os milhares de fuzilados do início do violento conflito. Já do outro lado do Atlântico, entre seus conterrâneos, a comoção foi enorme, canalizada em revolta principalmente contra o cônsul-geral do país em São Paulo, José Maria Sempere, acusado de ter sido, ao menos, negligente. Organizações espanholas criticaram pesadamente o diplomata, que foi apontado inclusive como culpado pela tragédia. “Houve, certamente, um certo exagero nos discursos de acusação, pois sua função consular não lhe delegava poderes para barrar as determinações do governo brasileiro”, considera Ismara Izepe de Souza.

A história dramática de Francisco ao menos serviu para que outros expulsos, nos meses e anos seguintes, não fossem entregues aos nacionalistas. Em maio de 1937, por exemplo, após forte campanha de solidariedade, quase 30 espanhóis conseguiram que fossem embarcados para Marselha ao em vez de Vigo. Além disso, a enorme repercussão da morte de Francisco fez com que as autoridades brasileiras decidissem cancelar a expulsão de alguns espanhóis que eram casados ou pais de filhos brasileiros, como aconteceu com Adolfo Núñez y Ángel Álvarez Sánchez, como revela a pesquisa de Eliane Venturini.

A professora Ismara Izepe de Souza chama a atenção para o fato de o Brasil ainda reconhecer o governo republicano quando da expulsão de

Francisco. “O envio de espanhóis a uma cidade tomada pelos rebeldes sugere que as determinações com relação à expulsão nem sempre obedeciam as normas legais”, defende. Segundo ela, o argumento de que o Brasil não tinha intenção de entregar Francisco à morte perderia força diante do ocorrido no ano seguinte, quando foi necessária uma grande mobilização para que quase 30 espanhóis não fossem embarcados a Vigo. “Podemos considerar essa postura como prova do descomprometimento do governo brasileiro em garantir a vida desses cidadãos”, conclui. Mesmo assim, muitas dúvidas ainda pairam em relação ao episódio, em particular o papel específico de Getúlio Vargas, e o comprometimento de autoridades brasileiras com os nacionalistas espanhóis.

A neta de Francisco, Aurora Marques Cianciarullo, pesquisadora do Instituto Butantan, em São Paulo, trata com carinho e orgulho a memória do avô: “muitos perderam suas vidas no mundo, ao longo da história, na luta pelos direitos dos trabalhadores e humanos em geral, para que nós pudéssemos viver livres e com dignidade. Foi essa a luta de meu avô Francisco. Apesar da crueldade a que foi submetido, deixou descendentes que deram continuidade ao ciclo da vida. E o seu sacrifício, assim como o dos demais, resultou em legislações trabalhistas mais humanas e em comissões de direitos humanos internacionais. Somos muito gratos a todos os verdadeiros mártires de nossa história”.



Estrangeiros expulsos conseguiram desembarcar em Marselha, na França, em vez de Vigo, na Espanha

PORTUGUESES POBRES FORAM OS MAIS EXPULSOS

Em termos numéricos nenhuma colônia foi mais impactada pelas expulsões do que a portuguesa. Foram oficialmente 124 lusitanos expulsos entre 1930 e 1945. A imigração portuguesa será particularmente intensa a partir do final século XIX, se acentuando no período anterior ao regime Vargas. Nestas décadas, centenas de milhares de pessoas cruzaram o Atlântico em busca de melhores condições de vida no Brasil. “Eram trabalhadores que saíram de zonas rurais em Portugal, e não de cidades”, explica o professor da Unicamp, Fernando Teixeira da Silva. Neste período, o país vivia um processo de mecanização do campo e êxodo rural, mas que não foi acompanhado de uma industrialização que absorvesse essa mão de obra.

Parte importante das expulsões de portugueses foi justificada pela manutenção da ordem pública, não tendo necessariamente relação com delitos políticos. As acusações em inúmeras ocasiões não necessitaram maiores comprovações para ir adiante. “Essas expulsões eram sumárias, bastava muitas vezes um relatório da polícia afirmando que esses portugueses exploravam mulheres ou a ingenuidade de trabalhadores”, explica Fernando. “Com base nisso, [os processos] eram enviados diretamente para o Ministério da Justiça, que mandava expulsar sem nenhuma culpa formada. Muitas vezes as ‘provas’ eram de testemunhas da própria polícia”, diz. Este foi o caso de José Fernandes Leandro, que pediu um *habeas corpus* alegando “estar sofrendo constrangimento ilegal porque contra ele nada foi apurado no processo no qual apenas investigadores depuseram”, relata em sua pesquisa Mariana Cardoso. Seu pedido foi negado pelo Supremo Tribunal Federal e ele foi expulso em outubro 1935, considerado “nocivo aos interesses do país”.

As atividades políticas, porém, também resultariam em perseguições na

colônia portuguesa. Fernando Teixeira relata que em Santos, por exemplo, os lusitanos terão marcante presença entre os trabalhadores, tema que foi objeto de seu doutorado. “Em Santos prevaleceu a imigração portuguesa e houve uma integração bastante forte no movimento operário. Boa parte das greves, que eram massivas no porto, era de um movimento formado basicamente por portugueses”, relata. Fernando ainda considera que uma das contribuições de seu estudo foi ajudar a desmistificar parte da historiografia que acusa os portugueses de serem “fura greves”. “O que identifiquei em Santos foi exatamente o contrário”, complementa. O fato de os portugueses terem sido a nacionalidade mais expulsa do Brasil durante o regime de Vargas é mais um elemento que desconstruía tal historiografia.

A expulsão do Brasil representava um destino incerto aos portugueses. Desde 1926, o país vivia sob um governo autoritário, que a partir de 1933 seria encabeçado pelo ditador António Salazar. O Estado Novo, como se denominava o regime, estava em consonância com o nazifascismo do período, cujo anticomunismo era um dos traços comuns. Desta forma, chegar a Portugal com um carimbo de subversivo representava um grande perigo nos anos 1930. Fato que não sensibilizou as autoridades brasileiras ao expulsarem, naquele momento, portugueses como o chofer Aureliano Henriques, o condutor de bondes Antonio da Conceição, o lavrador Antonio Cláudio, o operário José da Silva Carvalho, o tecelão José Martins, ou o estivador Theotônio Ribeiro, todos acusados de serem “comunistas”. O destino da maioria desses e de outros estrangeiros expulsos do Brasil é até hoje muito pouco conhecido.

Um destino dramático a um preso político português era o cumprimento de sua pena em uma das distantes colônias africanas do país. No que Fernando

“Em Santos prevaleceu a imigração portuguesa e houve uma integração bastante forte no movimento operário. Boa parte das greves, que eram massivas no porto, era de um movimento formado basicamente por portugueses”

*Muitos deles vinham com a ideia de **fazer a América** e trazer a família ou de voltar à Portugal, mas a esmagadora maioria **não encontrou o que esperava***

Teixeira define como um “duplo exílio”, alguns dos expulsos do Brasil, ao chegarem em Portugal, foram enviados para o arquipélago de Cabo Verde. “Ali viviam em condições terríveis de alimentação, falta de liberdade e ausência de trabalho”, relata. O tratamento dado pela polícia portuguesa não seguia um padrão claro, o que tornava incerto o destino dos expulsos. “Isso tudo era muito arbitrário, porque, em casos muito semelhantes, algumas pessoas eram deportadas para a África ou eram encarceradas em Portugal”, explica o pesquisador.

Se o destino em Portugal era trágico, a vida no Brasil também não havia sido o que esperavam aqueles imigrantes. Em suas pesquisas, Fernando se deparou com uma

carta do cônsul de Portugal em Santos, escrita no final da década de 1910, na qual relatava receber dezenas de pedidos de repatriação em razão da atuação policial. “Sobretudo a partir da famosa greve de 1917, foi uma repressão brutal, particularmente a muitos portugueses”, contextualiza o pesquisador. Além deste aspecto, o Brasil não significou para a maioria uma vida mais próspera, pelo menos naquelas primeiras décadas. “Muitos deles vinham com a ideia de fazer a América e trazer a família ou de voltar à Portugal, mas a esmagadora maioria não encontrou o que esperava”, revela Fernando. A desilusão com a vida no novo país foi um sentimento não só português, mas comum a imigrantes de várias nacionalidades.

ITALIANOS E A LUTA ANTIFASCISTA NO BRASIL

Os italianos começaram a vir com intensidade ao Brasil a partir de 1870, quando os primeiros grupos se instalam em algumas localidades do sul do país. Durante as décadas seguintes, a migração subsidiada deslocou milhares de italianos para trabalhar nas fazendas de café, sobretudo do interior paulista. As más condições de vida no Brasil, no entanto, fizeram com que, após numerosas denúncias, o Ministro do Exterior do país europeu, Giulio Prinetti, baixasse uma portaria em 1902, proibindo a migração subsidiada de trabalhadores. A partir daí, há uma brusca queda no número de imigrantes italianos, já que eles teriam que vir de maneira autônoma, e uma mudança no eixo de locomoção, com muitos migrando para as cidades.

Apesar de a migração italiana ao Brasil ser um fenômeno bastante amplo, relacionado a questões econômicas, agrárias, populacionais, ou seja, estruturais daquela sociedade, é também possível identificar uma migração relacionada à repressão política. “Grande parte dos militantes anarquistas e socialistas que chegaram ao Brasil [...] vem no bojo dessa perseguição política”, afirma Carlo Romani. Embora bastante

minoritários dentro dos milhares de migrantes, os ativistas terão influência na colônia e no meio operário. “A maior parte dos elementos ativos, anarquistas e socialistas, vão parar em São Paulo e vão fundar uma série de jornais. Não são muitos, mas vão fazer uma propaganda ativa [...] que vai começar a influenciar o meio operário e o meio intelectual progressista brasileiro”, conta Romani.

O crescimento da influência de estrangeiros no movimento operário, especialmente de italianos, faz com que o governo endureça as políticas de controle desse grupo a partir de 1907, com a Lei Adolfo Gordo. O auge das greves operárias, entre 1917 e 1919, representará um período de particular perseguição aos italianos, especialmente anarquistas. O decreto de expulsões de 1921 permitiu ao governo brasileiro promover um amplo expurgo da militância remanescente de origem italiana, fazendo com que, nos anos 1930, o número de expulsões políticas desta nacionalidade não seja tão alto. Além disso, como o período de maior intensidade da migração se deu até 1902, é natural que décadas mais tarde tal grupo esteja reduzido e envelhecido.

Quando comparada a portuguesas, espanhóis e mesmo a nacionais da Europa Oriental, a numerosa comunidade italiana no Brasil teria sofrido uma perseguição comparativamente menor na Era Vargas. Segundo as pesquisas de Mariana Cardoso, oficialmente teriam sido cerca de 60 os italianos expulsos. Entre estes, cerca de metade foi acusada de delitos políticos, quase todos simpatizantes de ideologias de esquerda. Os demais acabaram enquadrados por contravenções como tráfico, prostituição, vagabundagem e jogo do bicho.

Apesar de militantes jovens terem sido expulsos, os italianos perseguidos por questões políticas entre 1930 e 1945 serão em sua maioria de fato militantes comunistas ou ligados à ANL mais experientes, incluindo alguns antigos anarquistas ativos nas décadas anteriores. Carlo Romani desta-

ca que, quando Vargas chega ao poder, boa parte da esquerda italiana já havia sido expurgada e que muitos dos que sobravam já eram velhos. Foi o caso, por exemplo, do veterano anarquista Ernesto Gattai, pai da escritora Zélia, esposa de Jorge Amado, que foi preso acusado de ser "perigoso à ordem pública e à segurança nacional". Após ter decretada sua expulsão em 1937, Gattai consegue um *habeas corpus* alegando ser brasileiro, embora não tivesse nascido no Brasil. Apesar da vitória jurídica, a idade avançada não lhe permitiu suportar a violência dos interrogatórios e os maus tratos sofridos na prisão. Zélia descreve assim o fim de seu pai no livro *Um chapéu para viagem*: "Fraco, depauperado, a saúde para sempre comprometida, meu pai não resistiu à febre tifoide que o acometeu, tempos depois de ter saído da prisão. Morreu em 1940, aos 54 anos".

DEPORTADOS PARA A ITÁLIA FASCISTA

Expulsos do Brasil acusados de pertencerem a uma célula comunista da zona leste de São Paulo, os italianos Ettore Sacchetto e Octávio Mattiazzo, ambos com vinte e poucos anos, foram presos em julho de 1936. Segundo seus prontuários, portavam "vultuosa quantidade de panfletos, boletins e livros comunistas".

Considerados extremistas, eles teriam confessado o delito, tendo sido embarcados para Gênova antes do fim do ano. Pouco se sabe do destino deles ao chegarem à Itália fascista, mas é provável que tenham sido presos ao desembarcar, já que havia plena comunicação entre as polícias dos dois países.

Reprodução/Arquivo do Estado

Nas garras da policia

TEMIVEL AGENTE COMMUNISTA

Vindo de Cambará, aqui poz-se em contacto com os "camaradas", tornando-se personagem de importancia no Partido Communista — A prisão de Octavio Mattiazzo, quando transportava abundante material de propaganda



Photographia mostrando material distribuido e propaganda comunista apreendida segundo os termos da requisição do Dr. Delegado de Ordem Policia, na residência de Octavio Mattiazzo, via com a Villa Cherrin. Esta photographia foi tirada antes da depuração da casa do denunciado na Ordem Policia.

Correio de S. Paulo

S. Paulo — Quarta-feira, 2 de Setembro de 1936

As pungentes tragedias do trabalho

NO CAES SANTIsta UM ESTIVADOR TEVE MORTE FULMINANTE, FICANDO OUTRO GRAVEMENTE FERIDO

Anavalhado!

Paulo Luciano, de 18 annos, italiano, residente a Rua Santa Helena de Francisco, 41, bairro de Santa Theresia, morreu por um acidente de trabalho no dia 29 de agosto, ao trabalhar no caes de Santista. Foi atingido por uma caixa de madeira que se desprendeu de um caminhão. O trabalho, que se realizou por conta própria, consistia em descarregar o material de um caminhão que se encontrava no caes. Paulo Luciano, que trabalhava em Santista, foi levado ao Hospital Municipal e morreu no dia 30 de agosto. O acidente ocorreu no bairro de Santa Theresia, na cidade de São Paulo.



PAULO LUCIANO, a vítima

Paes deshumanos e criminosos

ACORDAVAM OS FILHOS DE MANHA PARA MANDALOS ROUBAR

Gravemente ferido por um automômbus

ATIVISTA HISTÓRICO EXPULSO

Entre os italianos expulsos do Brasil, um dos casos mais conhecidos por sua trajetória impressionante é o de Oreste Ristori (1874-1943). Lendário militante anarquista, por conta de perseguição política em seu país, foi obrigado a partir clandestinamente para a Argentina em 1902. Considerado “indesejado” no novo país, foge para o Uruguai, onde conheceu a companheira Mercedes, chegando ao Brasil em 1904. Carlo Romani pesquisou a história do italiano em sua dissertação de mestrado, que foi transformada na biografia *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*, de 2002.

Vivendo em São Paulo, Ristori logo se articula com outros ativistas para a publicação do principal jornal anarquista da época, *La Battaglia*. Entre 1904 e 1913, teriam sido publicadas 338 edições, que geraram muito incômodo, inclusive por uma intensa campanha contra a imigração ao Brasil e a exploração de conterrâneos no país. A forte onda de expulsão de estrangeiros após o decreto de 1913, resultado do recrudescimento político ao movimento operário, atinge Oreste Ristori em 1917. Antes da expulsão, porém, Ristori consegue fugir para a Argentina. Seu retorno se daria nos anos 1920, época em que migra ideologicamente do anarquismo para o comunismo. Ele manteria o ativismo nos anos seguintes, mesmo com uma idade mais avançada, participando, por exemplo, de episódios históricos como a batalha da Praça da Sé, quando um comício integralista foi dispersado na marra por antifascistas, conflagrando o centro de São Paulo.

O endurecimento político após o levante comunista de novembro de 1935 determinou o futuro do italiano no Brasil. Em 4 de fevereiro de 1936, o órgão competente do Ministério da Justiça se manifestou pela expulsão de oito estrangeiros, entre eles, Ristori, todos indiciados por propaganda comunista e considerados “elementos comprovadamente nocivos aos interesses do país e à ordem pública”. Expulso em junho de 1936, já com 62 anos, Ristori é entregue às autoridades italianas em Gênova, que o encaminham para a sua cidade, Empoli, na Toscana. Lá passa a cumprir prisão domiciliar, mas foge. Segundo informações controversas, ele teria viajado



Reproduções

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL	
Nome: <u>Oreste Ristori</u>	Nome: <u>Oreste Ristori</u>
Data: <u>8.11.1943</u>	Local: <u>Cidade de Montevideo</u>
Profissão: <u>anarquista</u>	Profissão: <u>anarquista</u>
Estado civil: <u>casado</u>	Estado civil: <u>casado</u>
Idade: <u>69</u>	Idade: <u>69</u>
Nacionalidade: <u>italiano</u>	Nacionalidade: <u>italiano</u>
Local de nascimento: <u>Empoli - Toscana - Itália</u>	Local de nascimento: <u>Empoli - Toscana - Itália</u>
Local de trabalho: <u>São Paulo - Capital</u>	Local de trabalho: <u>São Paulo - Capital</u>
Endereço: <u>SA. JARDIM M. - SA. CARDE DE LAFAYE n. 376 - São Paulo-Capital</u>	Endereço: <u>SA. JARDIM M. - SA. CARDE DE LAFAYE n. 376 - São Paulo-Capital</u>
E viúvado? <u>Sim</u>	E viúvado? <u>Sim</u>

Foto e ficha de Oreste Ristori

para a Espanha, para lutar na Guerra Civil Espanhola. Com passagem ou não pela Espanha, Ristori acabou na França, onde muitos italianos se reuniam para poder retomar a luta antifascista em sua pátria. Em 1940, com a invasão nazista do país, acaba preso no campo de concentração de Rolland Garros, em Paris, de onde é enviado de volta para uma Itália em estado de guerra em 1941. Mussolini é derrubado e preso em julho de 1943. Ristori e outros locais, então, articulam uma manifestação antifascista, mas acabam presos. A guerra ainda não estava decidida na Itália e, em setembro, uma missão alemã resgatou o Duce, que reinstala um governo fascista, com imprescindível colaboração dos nazistas, no centro-norte do país, incluindo a Toscana. Aos 69 anos, o italiano seria retirado da prisão com outros companheiros e fuzilado no dia 2 de dezembro.

Sua companheira de toda a vida, a uruguaia Mercedes Gomes, também seria expulsa do Brasil. Presa em 1937, sob acusação de exercer propaganda “subversiva” e por infração à Lei de Segurança Nacional, foi mandada de volta ao seu país aos 57 anos, em 1938.

Mercedes e Oreste Ristori nunca mais se encontrariam.

CORREIO DA MANHÃ — Sexta-feira, 1 de Outubro de 1937

As instrucções do Komintern para a acção dos seus agentes contra o Brasil

O tenebroso plano foi apprehendido pelo Estado-Maior do Exercito

O Estado Maior do Exercito apprehendeu os planos de acção organizados pelo Komintern para orientação dos seus agentes no Brasil.

Trata-se de uma série de instrucções destinadas a preparar e levar a effeito um golpe comunista conforme se verá do resumo que a seguir divulgamos: Vejamos.

O fracasso de 1935

No "capitulo segundo" das no-

governos providos ou não de eleições".

As reivindicações proletarias

Entram agora no campo do proletariado. As reivindicações violentas dizem elles, não dão resultado "porque a maioria dos operarios é de gente pacifica, temerosa de conflitos e não adextrada na luta". Fala-se então em explorar a carestia da vida, e que esse circunstanca, absolutamente incomprehenhivel para as massas", nos fornece as principais armas de

dações dos jornaes antipathicos e consequentes empastelamentos.

Nos bairros as "massas deverão ser conduzidas aos saques e ás depredações, nada poupando para augmentar cada vez mais a sua excitação que deve ser mesmo conduzida a um sentido nitidamente sexual afim de attrahil-as com facilidade; convencidos de que todo aquelle luxo que os rodeia, — predios elegantes, carros de luxo, mulheres, etc. constituem um insulto á sua sordidez e falta de conforto e que chegou a hora

O MITO DE COMPLÔ JUDAICO-COMUNISTA

A partir do levantamento realizado pela pesquisadora Mariana Cardoso ainda é possível identificar outro importante grupo de expulsos, entre os estrangeiros de países da Europa Central (como alemães) e, principalmente, do Leste (como poloneses, lituanos, russos e romenos). Juntas essas nacionalidades totalizariam cerca de 250 pessoas oficialmente expulsas do Brasil entre 1930 e 1945. Apesar das diferentes nacionalidades, boa parte desses imigrantes ainda teria um importante traço em comum: eram judeus.

Cabe lembrar que, assim como em outros lugares, naquele período também pairava no Brasil a teoria de uma suposta conspiração judaico-comunista para a tomada do poder. Importado da Europa, o tal mito reverberou entre setores católicos, integralistas e policiais. A pesquisadora

Taciana Wiazovski, em seu livro *O mito do complô judaico-comunista no Brasil*, afirma que os judeus eram responsabilizados "pelos males sociais e econômicos conferindo-lhes o papel de organizadores de um movimento de dominação através do comunismo internacional". Tal teoria ganhou força a partir da ascensão de Vargas e com o fortalecimento de posições autoritárias, nacionalistas e xenófobas. Para Taciana, "no contexto do movimento político de fascitização do Brasil dos anos 1930 e, particularmente no cenário da 'primeira grande onda' do anticomunismo (1935-1937), identificamos expressivos elementos do mito que atribuía ao judeu a liderança nos atos de subversão".

A partir dos prontuários do DEOPS é possível ver como esse pensamento se traduzia nas atividades cotidianas da polícia.

(...) *judeus eram responsabilizados* "pelos males sociais e econômicos conferindo-lhes o papel de organizadores de um movimento de dominação através do *comunismo internacional*".

Tal teoria *ganhou força a partir da ascensão de Vargas* e com o fortalecimento de *posições autoritárias, nacionalistas e xenófobas*

O caso do russo Constantino Moursin, levantado na pesquisa de Mariana Cardoso, é simbólico. Ele teria aderido ao “credo vermelho” por influência de um judeu que conheceu no Brasil, e que lhe dera um livro, sendo que até então sempre fora contrário ao comunismo. A documentação policial relata que, “depois de haver lido o livro que lhe foi dado pelo judeu, o declarante [Constantino] ficou inclinado para o comunismo passando a ler vários”. O texto revela que a polícia atribuía grande poder de influência e persuasão àquele personagem misterioso, do que apenas se sabia que era um judeu, de profissão mascate.

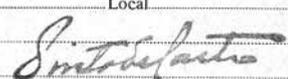
O fato de parte destes imigrantes ter origem no leste europeu também contribuiu para a sua perseguição, já que passavam a ser identificados como oriundos de países influenciados pela União Soviética. A situação de boa parte deles se deteriorou consideravelmente com o crescimento do anticomunismo após o fracassado levante de 1935 e o uso político disto por Getúlio Vargas. Provavelmente a expressão

mais concreta da dita conspiração judaico-comunista seja o famoso Plano Cohen, de 1937, considerado por Taciana “a mais eloquente representação do mito no Brasil”. Tal plano, supostamente desbaratado pelo exército, tinha como objetivo a tomada de poder pelos comunistas e trazia em seu nome uma referência a Bela Cohen, um judeu e, claro, comunista que governou a Hungria por um breve período em 1919. No dia seguinte ao anúncio da descoberta do Plano Cohen, Vargas decretou Estado de Guerra e, semanas depois, teria início a ditadura do Estado Novo.

Apenas em 1945 seria revelado que o Plano Cohen era falso e que havia sido redigido pelo capitão Olímpio Mourão Filho, então chefe do Serviço Secreto da Ação Integralista Brasileira. Ainda que, pelo menos oficialmente, nem a cúpula Exército brasileiro nem Vargas soubessem dessa farsa, o plano foi de grande utilidade para o ditador. Taciana Wiazovski considera que “durante o Estado Novo, a ideia do complô serviu para legitimar as atitudes autoritárias do governo Vargas”.

Reprodução/DEOPS/Arquivo do Estado

REGISTRO DE ESTRANGEIROS	
DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA, PERMANENCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS	
NOME	GENNY GLESER
Admitido em território nacional em caráter	
Nacionalidade	RUMENA 23 ANOS
Pai	MAX GLESER
Profissão	
Carteira de identidade n.º	370.752
Registro n.º	
Residência	
Emprego	
	Local
	20.8.42
Mod. 102	


 DELEGADO DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA,
 PERMANENCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

“ONDE ESTÁ JENNY GLEIZER?”

Vindos de uma pequena cidade da Romênia, Berta, Jenny e Motel Gleizer desembarcam no Rio de Janeiro no início dos anos 1930. As duas meninas e o pai deixavam para trás um contexto de perseguição aos judeus e a

memória da falecida mãe, Rosa. Jenny (ou Genny, como consta em seu registro de estrangeiros) tinha 15 anos, e Berta, 8, quando chegaram ao novo país. A mudança, como acontecia com milhares de imigrantes, representava esperança.

Tais promessas, no entanto, não se cumpriram. Em apenas dois anos, a vida da família Gleizer sofreria uma violenta reviravolta. Jenny seria presa em junho de 1935, acusada de participar de uma reunião da juventude comunista. A polícia ainda alegou ter encontrado farto material subversivo em sua casa. “Eu fui presa. Inteiramente ao acaso. Não tinha nada para ser presa. Só queria estudar. Quis explicar, mas não adiantava”, relatou em uma entrevista à pesquisadora Eva Alterman Blay, publicada em 1989 no artigo *Inquisição, inquisições*.

O que se seguiu à sua prisão foram várias transferências de locais e a reiterada negativa da polícia de que estaria detida. Seu pai, Motel, passou a buscá-la e jornais estampavam nas capas “Onde está Jenny?”. Descoberta em um presídio paulista por um repórter, a condição da jovem gerou comoção e mobilizou uma forte campanha por sua libertação. Mesmo assim, insensível aos protestos, o governo brasileiro decidiu expulsar a jovem em outubro de 1935, à época com apenas 17 anos. “Me mandaram embora. Eu era uma menina. Fiquei sem meu pai e minha irmã. Isto eu devo ao Getúlio!”, recorda Jenny na conversa com Eva. Além da acusação de envolvimento político – algo que ela nega –, pairavam sobre ela julgamentos depreciativos sobre a sua condição de jovem mulher. As falas oficiais e as notícias ressaltavam seu poder de sedução e beleza como ferramentas para subversão. Chegou-se a afirmar que ela tinha três amantes.

A grande repercussão do caso ao menos ajudou-a a sobreviver. Condenada a ser entregue ao governo da Romênia, à época aliado dos nazistas, ela consegue escapar quando seu navio atraca em um porto francês. Jenny foi salva pela solidariedade do capitão, que lhe passou o endereço de um casal de franceses que se encarregariam de cuidar dela. Ali trabalhou como faxineira e depois se mudou para Paris. Sobreviveria à invasão nazista e, após a guerra, emigrou para os Estados Unidos, onde tornou-se psicóloga e teve uma filha.

Se Jenny escapou de um destino ainda mais dramático, sua vida nunca deixaria de estar intensamente marcada por aqueles



Berta Gleizer entre os Kadiwéu

Fundação Darcy Ribeiro

acontecimentos, sobretudo pela morte de seu pai. Pouco tempo após a detenção da filha, Motel também foi preso e condenado à expulsão, o que Jenny atribui a sua busca por ela. Ao deixar o Brasil com um grupo de judeus rumo à Europa, ele foi libertado no episódio do porto de Havre. No entanto, a partir daí não teria a mesma sorte. Na França não pôde encontrar a filha e acabaria morto como consequência da invasão nazista do país.

A entrevista concedida por Jenny a Eva Blay revelou a dor que essas histórias ainda geravam muitas décadas depois. “Eu sou psicóloga, mas sei que tenho que viver com isto, com a culpa pela morte de meu pai”, contou. Segundo a pesquisadora, o encontro com Jenny não teria sido fácil de marcar e ela pouco queria contar sobre aquela época. “Não gosto de que deem meu endereço. Meu telefone não está no catálogo. O passado acabou. Não quero falar ou que escrevam sobre mim. [...] O passado acabou e eu tenho que viver”, disse.

Entre as histórias de Jenny e Motel, ainda há a da caçula Berta. Com o pai e a irmã expulsos, Berta foi criada por famílias judias próximas ao Partido Comunista, do qual Motel de fato era membro. Em 1946, em uma passeata, Berta conheceria seu futuro marido: o ainda jovem Darcy Ribeiro. Deste casamento, também surgiria sua paixão pela antropologia e pelas culturas indígenas. Berta se tornaria uma importante pesquisadora dos povos ancestrais. Perguntada sobre Berta, Jenny respondeu: “ela é minha vida. Tenho vontade de chorar. Devo isto também ao Getúlio. Ter-me separado dela”.

DE VARGAS, PARA HITLER

O contexto de antissemitismo e anti-comunismo no Brasil, somado às arbitrárias expulsões de estrangeiros, transformou o país em um ambiente extremamente perigoso a esses imigrantes. Um judeu enviado de volta a seu país corria graves riscos, já que o governo de Vargas coincide com o auge da perseguição a eles na Europa, com a ascensão do nazismo e a Segunda Guerra Mundial.

O conhecidíssimo caso de Olga Benário escancara o fato de que ser entregue para a Alemanha nazista, sendo judia e comunista, era praticamente uma sentença de morte. O governo Vargas, no entanto, parecia não se importar com isto, e a esposa de Luís Carlos Prestes não foi um caso isolado. Destino similar teve, por exemplo, a alemã Elise Berger (também fichada como Auguste Elisé Ewert). Pouco se sabe sobre a sua história, mas a pesquisadora Eva Alterman Blay registra, em seu artigo *Inquisição, inquisições*, que ela foi expulsa do Brasil em 1936 e teria morrido em 1939, no campo de concentração de Ravensbrück, próximo a Berlim.

Trajetória similar teve o romeno Wolf Reutberg (ou Waldemar Roiteberg). Emigrado para o Brasil quando criança, ele vivia em São Paulo, trabalhava na Light & Power

e era membro da ANL. Pelas suas atividades políticas foi preso em 1936 e condenado à expulsão por ser "perigoso à ordem pública e nocivo aos interesses do país". Pouco se sabe sobre seu envio e chegada à Europa. Os registros do jovem romeno, no entanto, voltam a aparecer nos campos de refugiados na França, destino de muitos ex-combatentes republicanos após a Guerra Civil Espanhola.

Mais conhecida é a trajetória do alemão Ernest Yoske (também grafado Joske), que havia imigrado ao Brasil nos anos 1920. Trabalhando como bancário, se envolveu com seu sindicato e com a ANL. Como resultado de sua militância, Yoske foi preso e condenado à expulsão. Em julho de 1936, foi colocado em um navio rumo à Alemanha nazista, levando o carimbo de judeu e comunista. Durante a longa viagem entre Santos e Hamburgo, na Alemanha, surgiria a oportunidade para uma reviravolta para Yoske e os demais. Ao realizar uma parada na cidade portuária de Havre, na França, o navio Bagé foi interceptado por estivadores que, alertados por membros do PCB, demandam – e conseguem! – a libertação dos presos. Com o grupo em liberdade, sabe-se que Ernest Yoske partiu rumo à Espanha, onde combateu ao lado dos republicanos.

Reprodução/DEOPS/Arquivo do Estado

Relação dos extremistas expulsos do território nacional por portarias expedidas pelo Exmo. Snr. Dr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, e que foram embarcados por esta Delegacia, no período de Novembro de 1935 á Outubro de 1937.

+ + + + +

ERNEST JOSKE, alemão, com 38 anos de idade, processado pela Ordem Social, foi expulso por portaria expedida em 30-3-936, tendo embarcado a bordo do vapor "Cuyaba", no dia 27-6-936, com destino a Hamburgo.

ANTONIO BLIUIJUS, lituano, com 33 anos de idade, processado pela Ordem Social, foi expulso por portaria expedida em 22-4-936, tendo embarcado a bordo do vapor "Belle Isle", com destino a Kosno, no dia 30-6-936.

PEDRO GENEVICIUS, lituano, com 32 anos de idade, processado pela Ordem Social, foi expulso por portaria expedida em 22-4-936, tendo embarcado a bordo do vapor "Belle Isle", com destino a Kcwno, no dia 30-6-936.

Ficha do prontuário de Ernest Yoske

Com o fim do conflito, foi obrigado a se refugiar na França e participou da resistência à invasão nazista. Em seu livro de memórias, *Vale a pena sonhar*, o destacado militante comunista brasileiro Apolônio de Carvalho recorda com admiração de Ernest Yoske, com quem conviveu naqueles anos. Na obra ele narra o destino trágico do militante alemão: “judeus como Yoske, com ele foram arrancados das prisões francesas e, rumo à Alemanha, jogados num dos vagões de gado do último ‘comboio da morte’”.

Junto a Yoske no navio, ao deixar

o Brasil, estavam ao menos outros sete judeus expulsos: Rubens Goldenberg, Joseph Fridman, David Lerer, Nicolau Smoritchersky, Velvel Gutnik, Henoch Zwirblanaky e Motel Gleizer, mas deles muito pouco se conhece. A partir da pesquisa de Eva Alterman Blay sabemos que, assim como provavelmente aconteceu com Yoske, Motel Gleizer também teria morrido em um campo de concentração e que Velvel Gutnik (ou Waldemar) teria sido preso pelos nazistas, mas conseguiu escapar com vida. Ele nunca mais retornaria ao Brasil.

BRASIL: UM PASSADO INCÔMODO E UM PRESENTE EM ABERTO

O destino dramático de tantos estrangeiros no Brasil da Era Vargas é certamente menos conhecido do que se deveria. Ao menos, casos isolados como o de Olga Benário Prestes tornaram-se famosos. O próprio Supremo Tribunal Federal, em 1998, reconheceu que a extradição da alemã foi um erro histórico da mais alta corte brasileira. “O STF cometeu erros,

este foi um deles, porque permitiu a entrega de uma pessoa a um regime totalitário como o nazista, uma mulher que estava grávida”, declarou à época o ministro Celso de Mello. Persiste, porém, o dever de encarar as centenas de outras injustiças que foram cometidas, inclusive com o reconhecimento de sua culpa pelo Estado brasileiro, mesmo que tardiamente.

Daniel Santini



Imigrantes apresentam passaportes do Haiti e da República Dominicana em sua entrada no Brasil pelo Acre

Daniel Santini



Haitianos e senegaleses viajam de Rio Branco (AC) para São Paulo (SP) de ônibus, em uma das rotas de migração consolidadas no Brasil

A atitude autoritária e desumana do Estado brasileiro com a política de expulsões determinou o destino de centenas de pessoas e de suas famílias. Situação que se agrava considerando que, ao contrário do que acusava o Estado, pelo menos a grande maioria desses imigrantes não eram “nocivos aos interesses do país” ou “perigosos à segurança nacional”. A mobilização política estava relacionada exatamente às péssimas condições de trabalho e a uma vida precária. A fortíssima repressão fazia com que muitos mal pudessem reivindicar o básico, sendo obrigados a encarar essa dura realidade em silêncio.

A investigação da política de expulsões também ajuda a desmistificar um Brasil sempre aberto aos que chegam e de uma imigração tranquila e pacífica. A integração deste estrangeiro, ao contrário do que muitas vezes se acredita, foi marcada por políticas de intolerância e repressão. Com ações autoritárias e xenófobas, o Esta-

do buscava neutralizar e sufocar os estrangeiros, para que fossem assimilados ao seu projeto de nação. Mariana Cardoso se refere a um imigrante “duplamente intolerado”, devido a sua condição de estrangeiro e por professar, em muitos casos, ideias consideradas subversivas.

Paradoxalmente, é por conta da estrutura repressiva deste Estado autoritário que conhecemos a história de muitos estrangeiros. Os arquivos policiais contêm, por exemplo, cartas censuradas, fotografias, recortes de jornal e outras “provas” dos supostos delitos. “Ao reprimir, [o Estado] preservou essa documentação que, possivelmente, se estivesse sob responsabilidade de imigrantes, teria se perdido no tempo”, considera Ismara. As pesquisas nos arquivos da repressão varguista continuam em andamento, inclusive construindo novos olhares sobre a história e a historiografia, e aguardando que os documentos ainda secretos sejam liberados para futuros estudos.

Figura fundamental na formação do Brasil contemporâneo, poucos personagens históricos são tão controversos como Getúlio Vargas. Comumente identificado com conquistas dos trabalhadores e das massas empobrecidas e como o mais importante modernizador do país, Vargas também foi responsável por um Estado extremamente autoritário e por um aparelho brutal de repressão, vigilância e controle. Parte dessa repressão recairia sobre os imigrantes, mas a perseguição seria implacável também com milhares de brasileiros. Ainda hoje é difícil mensurar o papel específico de Getúlio Vargas em relação ao destino daqueles estrangeiros. Permaneceria em aberto saber até que ponto o ditador acompanhou de fato tais processos e, inclusive, se participava diretamente dos contatos com autoridades de outros países em relação a esses estrangeiros. Pelo menos por enquanto, não seria possível garantir que Vargas tivesse plena ciência de que, por exemplo, Francisco Marquez seria entregue à morte nas mãos dos rebeldes nacionalistas em Vigo. O mesmo seria possível dizer em relação a outros episódios, que talvez necessitem uma análise caso a caso. A responsabilidade de Vargas em relação a Olga, por exemplo, é muito mais explícita, já que ele não concedeu a ela um indulto, mesmo sabendo que estava sendo extraditada ao regime nazista.

Não há dúvida, porém, quanto à responsabilidade de Vargas ao assinar cada uma das centenas de expulsões durante os seus 15 anos no poder. Além disso, durante seu governo se aprofundaram os instrumentos de controle e repressão da população estrangeira, vista pelo Estado com desconfiança e considerada uma potencial ameaça ao projeto nacional. Como recorda Mariana Cardoso, “muito embora

Getúlio Vargas não tivesse determinado diretamente a morte destas pessoas, contribuiu para que ocorresse utilizando outras estratégias de eliminação da vida humana – tais como envio às regiões inóspitas e de difícil sobrevivência, manutenção em cárcere sob condições desumanas e encaminhamento do estrangeiro a seu país de origem sabendo que poderia ser morto, como no caso de judeus ou de espanhóis sob a acusação de comunismo”.

O fim da Era Vargas, no entanto, não gerou mudanças significativas na normativa relacionada aos estrangeiros no país. A possibilidade de expulsão continuou presente na Constituição democrática de 1946, na autoritária de 1967, e no Estatuto de Estrangeiro de 1980, que não foi revogado pela Constituição de 1988. Até este ano, 2017, quando finalmente foi aprovada a nova Lei de Imigração, ideias relacionadas à nocividade do estrangeiro estavam presentes na legislação. Além do novo marco legal, vetado parcialmente pela presidência, também é fundamental que a memória das vítimas do Estado brasileiro, mesmo depois de tantas décadas, não se perca, e que episódios tão dramáticos da nossa história sejam mais conhecidos e virem inspiração para que nunca mais voltem a acontecer.

***Juliana Sada**

Jornalista e mestra em Estudos Internacionais pela Universidade de Barcelona

***Rodrigo Valente**

Jornalista, mestre em Arqueologia Pré-Histórica pela Universidade Autônoma de Barcelona e professor de História

PONTO DE DEBATE

Fundação Rosa Luxemburgo

Número 17, dezembro de 2017

ISSN 2447-3553

Ponto de Debate é uma publicação editada pela Fundação Rosa Luxemburgo com o apoio de fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica da Alemanha (BMZ). Abre espaço para o debate de temas sob a diretriz Bem Viver no Brasil e no Cone Sul: direitos humanos e da natureza na perspectiva de transformação, justiça social e justiça ambiental.

Todos os artigos são de responsabilidade exclusiva das pessoas que os assinam, não refletindo, necessariamente, a opinião da FRL.

Esta obra possui a licença Creative Commons 3.0 BY-NC-ND (Atribuição – Uso não comercial – Não a obras derivadas).



Diretor: Gerhard Dilger
Coordenação editorial: Daniel Santini
Projeto gráfico: Fabiano Battaglia
Revisão: Hugo Maciel
Tiragem: 1000 exemplares

Rua Ferreira de Araújo, 36
 CEP 05428-000 São Paulo (SP) Brasil
 rosalexspba.org

